



# Associação Conquistas da Revolução

Nº 20 | FEVEREIRO 2018

Folha Informativa

[www.conquistasdarevolucao.blogspot.com](http://www.conquistasdarevolucao.blogspot.com)

- 03 | *Caros Associados e Amigos.*
- 04 | *Ciência, Tecnologia e Progresso Social.*
- 06 | *Lutar pelos CTT é defender o País.*
- 08 | *O 25 de Novembro e os Média, uma história por contar.*
- 10 | *Assim vai o Mundo...*
- 12 | *A ACR em Serpa e Setúbal; Vítor Lambert, até sempre companheiro!*

## PRÓXIMAS INICIATIVAS:

**| 29 MARÇO 2018 - 17h30 LISBOA**  
*Casa do Alentejo, Rua das Portas de Stº Antão, nº58, Lisboa.*

### ASSEMBLEIA GERAL DA ACR

1. *Apreciar e deliberar sobre o "Relatório de Actividades e das Contas de Gerência de 2017".*
2. *Eleição dos corpos sociais da ACR para o triénio seguinte.*

## PAGUE A SUA QUOTA!

**O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!**

**TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA**  
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou **DEPÓSITO**  
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS  
2178 0002 9245 630

## EDITORIAL

### Lei do Financiamento dos Partidos

#### Vamos a contas

A campanha anti-regime democrático conquistado com a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi agora mais fundo com a não promulgação das alterações à Lei do Financiamento dos Partidos.

Quem alimenta e está interessado nesta atitude perigosa e demagógica contra os partidos da democracia portuguesa?

Desde o início do processo que o PCP votou contra esta Lei e sempre entendeu e propôs que os partidos devem viver da "recolha de fundos assente na iniciativa própria e na contribuição de membros do partido e dos seus simpatizantes e não do financiamento público e das subvenções estatais". Propôs também, a última vez em 2016, reduzir estas subvenções em 40%, e o PS, o PSD e o CDS votaram contra.

As subvenções públicas, no caso do CDS-PP, chegam insultuosamente a 96%, sendo que em receitas próprias ficam-se por 4%. O PSD recebe 83% de subvenções públicas e gera apenas 17% de receitas próprias. O BE recebe 79% de subvenções públicas e gera 21% de receitas próprias. O PS recebe 69%

de subvenções públicas e gera 31% de receitas próprias. O PCP recebe 11% de subvenções públicas e gera 89% de receitas próprias.

As recentes alterações à Lei resultaram de questões suscitadas pelo Tribunal Constitucional e outras que advieram da necessidade de correcção de disposições da lei aprovada em 2003, com o voto contra do PCP, que a Entidade de Contas e Financiamentos Políticos ditatorialmente regulamentou e pôs em prática.

Nos dois últimos orçamentos de Estado, o PCP propôs congelar as subvenções públicas aos partidos, e tais propostas foram aprovadas, acentuando-se assim o que era necessário resolver de distorções, golpes e imposições, nomeadamente direccionados contra o PCP, contra as contribuições e as dinâmicas de participação activa dos seus militantes, desde logo na grande demonstração colectiva e exemplar que é a festa do Avante!

As situações existentes eram e são ainda tão óbvias e direccionadas que, por exemplo, levam a que o pagamento de quotas mensais obrigava a ter conta bancária e a ser feito por cheque, tantas vezes envolvendo quantias pouco significativas, em

termos de dinheiro, mas importantes para quem as pagava e para o seu partido.

As alterações à Lei foram feitas em sessão pública na AR, em 2017, com debate aberto entre os grupos parlamentares, que votaram as alterações à Lei, com os órgãos de comunicação social presentes, com registo e gravação que todos puderam e podem conhecer e entender.

Esta vida democrática incomoda os que ainda vivem ou querem viver no passado e no partido único. A Associação Conquistas da Revolução está ao lado do 25 de Abril, da conquista inolvidável da liberdade e da criação e existência de partidos políticos com autonomia e independência, no quadro da Constituição da República Portuguesa. É aqui que nos posicionamos. Que cada partido e cada órgão de Estado mostre claramente onde quer estar e cumprir a Lei Fundamental do País. Manipulações e tentações totalitárias não poderão ser aceites por quem trabalha e exerce os seus direitos de luta pelo 25 de Abril, pelo trabalho, pela liberdade e pela democracia que agora é posta em causa desta forma enviesada e venenosa.

**Modesto Navarro**  
Vogal da Direcção da ACR

[www.conquistasdarevolucao.blogspot.com](http://www.conquistasdarevolucao.blogspot.com)

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

[www.conquistasdarevolucao.pt](http://www.conquistasdarevolucao.pt)

**Manuel Begonha***Presidente da Direcção da ACR*

## Caros Associados e Amigos

Esta será a última vez que através deste meio, chegarei à vossa presença como Presidente da Direcção da ACR.

Sempre entendi - talvez até devido à minha formação militar - que a duração dos cargos de alta responsabilidade numa organização, não deverá exceder dois mandatos, o que numa associação como a nossa, perfaz um total de seis anos.

Julgo inconveniente que se confunda a Associação com o respectivo Presidente e que a habituação conduza ao conformismo e à falta de criatividade.

A renovação será sempre bem-vinda com novas ideias, novos métodos e novas caras. Dificilmente viverei outra experiência tão exaltante como foi a presidência desta Associação. O que aprendi, testemunhei, os sacrifícios, lealdades e empenhamentos que sempre me foram concedidos por todos os membros da Direcção e restantes Corpos Sociais, nunca os poderei esquecer nem tenho forma de os agradecer. Recordo o José Casanova pelos ensinamentos que me transmitiu, o exemplo de coerência e integridade, a simplicidade com que utilizou a sua grande cultura que foram sem dúvida a força inspiradora da nossa Associação.

Agradeço às delegações regionais do Porto, Setúbal e Coimbra o excelente trabalho efectuado, na divulgação e acréscimo de prestígio que nos trouxeram.

A vós, associados que tanto nos apoiaram e suportaram fraternalmente as nossas fraquezas.

Aos amigos da Casa do Alentejo que nos deram o apoio necessário para dispormos de um espaço para trabalhar e aos que se dispuseram com grande generosidade a colaborar nas nossas iniciativas, o meu muito obrigado.

A luta não se esgota numa presidência. Todas as frentes de trabalho são necessárias, porque se ignorarmos a nossa história, voltaremos à penúria do passado e se nos acomodarmos estaremos a escolher uma morte antecipada. Não se trata pois de uma despedida. Esta não existe na luta política, desde que se mantenham as convicções.

Não quero deixar-vos sem uma palavra para o nosso patrono, o General Vasco Gonçalves, que foi o tal homem que nos fez sentir capazes quando convivemos com ele.

# Ciência, Tecnologia e Progresso Social

Os avanços da ciência aplicada, em todos os domínios do conhecimento, e a sua tradução em novos ou aperfeiçoados processos e produtos tecnológicos, condicionam num grau antes desconhecido a vida das sociedades humanas e o próprio futuro do planeta. Não é possível nem desejável travar o progresso científico e tecnológico. O que importa, porém, é saber de que forma e ao serviço de quem é tirado partido desse progresso. Vivemos hoje num mundo desigual, em que as desigualdades tendem a aprofundar-se a cada dia que passa. A riqueza criada pelo trabalho humano, seja do trabalhador intelectual, do operário ou de outros trabalhadores, é distribuída de forma extremamente desigual, como são desiguais as condições de vida, a partilha dos recursos naturais, a esperança de vida e o próprio direito à vida.

Em vastas regiões do globo mantem-se sob as formas mais variadas o flagelo da escravidão sempre associado a uma distribuição iníqua dos frutos do trabalho e à acumulação da riqueza em círculos muito restritos que detêm a propriedade dos meios de produção e comandam efectivamente os destinos de uma considerável parcela da Humanidade. Em nada, isto é consequên-

cia dos avanços da ciência e do progresso tecnológico. As raízes deste estado de coisas encontram-se na ordem política que serve os interesses do capital monopolista e multinacional.

Assiste-se nos dias de hoje a uma corrida aos armamentos sem precedentes, particularmente preocupante pelo facto de vivermos na época em que o domínio do “fogo atómico” torna real a possibilidade do completo extermínio da vida na Terra. Uma fracção muito considerável do investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DE) tem objectivos militares e ultrapassa em muitos casos o investimento em actividades de ciência e tecnologia para fins civis, incluindo na educação e na saúde.

Nos EUA, com cerca de metade da despesa militar mundial, embora só possua 4,2% da população do planeta, metade da despesa federal em I&DE tem fins militares; no Reino Unido, mais de 40% dos efectivos de pessoal afecto à investigação e desenvolvimento trabalha para o Ministério da Defesa! A Paz é pré-condição indispensável ao progresso social, à possibilidade de pôr a ciência e a tecnologia ao serviço desse progresso, à emergência de uma nova ordem



social e política no mundo. Grandes vultos da Ciência e um número significativo de trabalhadores científicos — investigadores, técnicos, operários especializados — têm consciência da situação que vivemos e intervêm por diversas formas junto dos seus concidadãos procurando esclarecer, informar, alertar, conquistando-os para a luta, que é afinal uma luta pela sobrevivência da espécie, num mundo em que valha a pena viver.

No que toca a progresso social, um olhar atento e imparcial sobre a evolução da situação do mundo, na sua globalidade, diz-nos que as últimas décadas têm sido décadas não de progresso mas de retrocesso. E diz-nos também que as ameaças globais com origem na actividade humana se vêm agravando. Há razões para pensar que o conhecimento científico actual e as tecnologias já dominadas ou em desenvolvimento poderão evitar uma catástrofe se forem correctamente aplicados. Todavia tal não acontecerá sem transformações

políticas e sociais revolucionárias que nos parecem inevitáveis ainda que seja imprevisível onde, quando e que formas revestirão. Uma questão parece clara: só com a intervenção dos povos se poderá pôr fim à exploração e à guerra e abrir os caminhos para um futuro sustentável. A luta por uma nova ordem internacional respeitadora dos direitos humanos e do meio natural, em que o conhecimento científico e o progresso tecnológico estejam ao serviço do Homem, exige em cada estado-nação o efectivo exercício e não a abdicação da soberania nacional, “una e indivisível que reside no povo”. Esse exercício é incompatível com a submissão aos ditames de quaisquer blocos político-militares ou que visam assegurar condições favoráveis à exploração dos recursos humanos e materiais dos seus membros mais frágeis.

**Frederico Carvalho**  
Presidente da OTC - Organização dos Trabalhadores Científicos

# Lutar pelos CTT é defender o País

A privatização dos CTT não foi um acto – foi um processo. Um processo que se desenvolveu durante anos a fio, e que passou pela degradação sistemática do serviço público postal. Estações de correios foram sendo encerradas, postos de trabalho destruídos, uma estrutura cada vez mais debilitada e desguarnecida.



Em 2003, dez anos antes da privatização, existiam 1090 estações de correios. Hoje não chegam a metade disso, substituídas que têm sido por “pontos de acesso à rede”, como dizem os burocratas executantes do desmantelamento. Referem-se eles às juntas de freguesia que prestimosamente passaram a fazer as vezes de posto de correio, ou aos comerciantes que agora fazem um aviso de correio registado ou um pagamento de vale postal para uma pensão de

reforma entre duas vendas de maços de tabaco, ou duas sacas de cimento. É essa a “proximidade” com que enchem a boca. Durante séculos os Correios foram do Estado, e só em 1970 se tornaram empresa, pública pois claro. Nos tempos do fascismo, longe estava a família Champalimaud de imaginar que ainda havia de ser a principal “dona” dos Correios, o maior acionista da empresa privatizada – e que estariam capitaneando um assalto em que, para cada 100 euros de lucro, os accionistas recebem 133 euros de dividendos. É o que sucede hoje.

Reza a história que em 1606, quando Portugal se encontrava sob o jugo dos filipes, foi vendido o cargo de Correio-Mor do reino. Mais tarde, já com a independência restaurada, a situação era tão insustentável que a coroa havia de se render às evidências – e o correio foi reintegrado no Estado. Assim foi em 1797, assim há de voltar a ser. Porque há de ser a luta dos trabalhadores e das populações a criar as condições políticas para o regresso dos CTT à esfera pública, opção de ruptura hoje rejeitada prontamente por PS, PSD e CDS (os tais que laboriosamente pavimentaram o caminho da privatização).



Entretanto, é preciso alertar: como dizia o outro, cuidado com as imitações. Quando alguns procuram trazer o debate para o terreno pantanoso dos contratos jurídicos do Estado e para a concessão do serviço postal universal, é preciso recusar enredos de alíneas de resgate ou sequestro contratual. O que é preciso resgatar é a empresa no seu conjunto. Trazê-la para o sector público, em vez de ajudar à festa da sua desintegração. O problema central dos correios não é a concessão – é a privatização!

Aliás, o que a vida está a demonstrar é que a gestão pública é condição necessária, mas não suficiente, para a defesa dos utentes, das populações, do trabalho com direitos. É no projecto, é na estratégia seguida pela empresa que se cumpre (ou não) a obrigação do serviço público como condição para o desenvolvimento, a coesão territorial, a qualidade de vida.

Vai ser preciso reconstruir serviço público postal, reabrir estações de correios, reforçar a estrutura operacional, recrutar trabalhadores e garantir-lhes direitos, condições de trabalho, futuro. Trazer os CTT de volta para o sector público vai ser uma etapa decisiva. Mas o trabalho e a luta vão continuar a partir daí.

Ary dos Santos falava nas “empresas que são do Estado, porque o seu dono é o Povo”. É isso que se impõe com cada vez mais clareza: assegurar que empresas estratégicas para a economia, para a soberania, para a vida das pessoas, deixem de ser espremidas nas agendas de curto prazo dos grupos económicos – e sejam efectivamente colocadas ao serviço do Povo e do País.

**Bruno Dias**

*Deputado do PCP na Assembleia da República*

## O 25 de Novembro e os Media, uma história por contar

Decidi escrever este livro por uma razão simples: 42 anos depois do 25 de Novembro de 1975, a verdadeira história do que aconteceu nesse dia – e nos subsequentes – continuava por contar. Com uma agravante: todos os anos os media repetiram, acriticamente, a mesma história, a mesma versão. Nada investigaram, não cavaram o passado, apenas repetiram, desconhecendo o significado do imprescindível trabalho dos arqueólogos que todos os dias trazem a público novos dados do passado para que melhor possamos conhecer o presente.

Outra hipótese que coloco para essa repetição acrítica pode, no entanto, ter uma explicação complementar: há, nos media, além de preguiça, medo de revelar o que, na verdade, aconteceu em Novembro de 75.

Contudo, não é só a história do 25 de Novembro que está por contar – a memória colectiva do que, nesse e noutros períodos se passou em Portugal, está muito longe de reflectir a verdade. E isso deve-se, para simplificar, fundamentalmente a três sectores centrais da nossa vida coletiva: à política dos sucessivos Governos, às escolas e aos media dominantes.

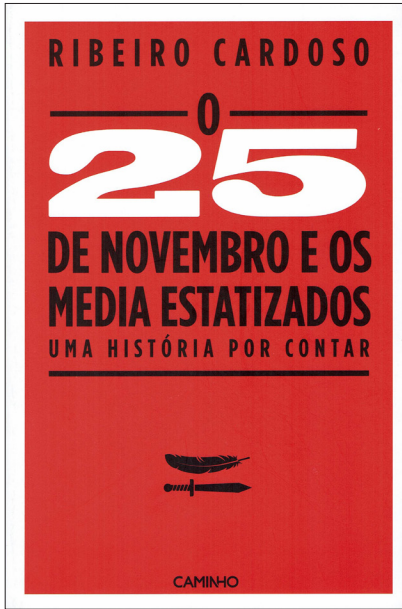
Centremo-nos nos media, hoje na quase na totalidade privados. Dito de outro modo: estão nas mãos do grande capital e da Igreja Católica - e o seu objectivo fundamental está longe de ser a informação isenta e plural.

Aqui chegado, sublinho que o livro não trata a parte militar do 25 de Novembro - tem a ver 'apenas' com o que se passou nos media estatizados de Lisboa logo na manhã do dia 26 de Novembro.

Em síntese: à margem da lei, e provando que os chamados vencedores (militares e civis) tinham há muito preparado um plano de acção, no dia 26, logo pela manhã, a PSP, com listas fornecidas não se sabe por quem, impediu 152 jornalistas e outros trabalhadores dos órgãos de informação estatizados de Lisboa de entrarem nos seus locais de trabalho. O passo seguinte foi a suspensão e, pouco depois, o despedimento. Tudo feito de modo arbitrário: sem processo disciplinar, sem serem ouvidos, acusados sem provas de se terem conluído com os militares 'sediciosos'.

Os trabalhadores recorreram para os Tribunais e em todos ganharam sem apelo nem agravo: no do Trabalho, na Relação e no Supremo. Só que demorou dez anos, dado





que as administrações – nomeadamente da Televisão e da Rádio - litigando de má fé, tudo fizeram para arrastar no tempo a decisão final, assim castigando dupla e intencionalmente os trabalhadores. Talvez para servirem de exemplo, ao mesmo tempo que castigavam igualmente as finanças públicas, pois sabiam que o dinheiro não ia sair dos seus bolsos...

O Estado, que perdeu em toda a linha, foi obrigado (isto é, todos nós) a pagar aos trabalhadores despedidos dez anos de salários, dez anos de senhas de refeição, as promoções que estiveram congeladas... A quantia foi tal que a RTP não tinha dinheiro para pagar e negociou depois com os trabalhadores o pagamento a prestações.

Mas o grande problema é que esses injustiçados viram a sua vida virada do avesso. Sofreram o indizível para alimentar e educar os seus filhos. Uns venderam as casas que tinham, outros andaram a de porta em porta a vender enciclopédias, outros emigraram, outros soçobraram. No livro encontram os seus nomes e as suas histórias. Como também podem encontrar o nome dos principais responsáveis por esta ignomínia.

E para se ter um pequena ideia do que foram esses tempos em que tudo valeu – até tirar olhos – conto ainda três histórias que me parecem indispensáveis para se conhecer o que foi aquela época: o vergonhoso caso República; o inacreditável caso Rádio Renascença (destruída à bomba pelo próprio Estado); e o caso do capitão Penetra, de seu nome Tomás Rosa, que sem nunca ter cheirado a Revolução dos Cravos, andou no meio dos militares, ocupando cargos de relevo (Ministro do Trabalho, Presidente da RTP) sempre, sempre ao serviço de forças estrangeiras.

*Ribeiro Cardoso*  
Jornalista

## Assim vai o Mundo...

Tudo parece na mesma, mas na verdade não está. Tudo está a mudar. O Mundo avança, lentamente, mas avança. Cada vez que Trump faz uma ameaça, um sismo de cada vez menor amplitude se faz sentir. Recordemos que sempre que Obama e os seus antecessores o fizeram, um sismo de grande intensidade abalou toda uma região, destruindo tudo e matando milhões de pessoas. Foi assim na Jugoslávia, no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e estava planeado para ser assim na Síria, no Irão e na Coreia do Norte. Como já tinha sido assim em muitos outros lados: os EUA concretizaram no pós II guerra Mundial acções de desestabilização política, em 28 países, com envolvimento da CIA no derrube de governos legítimos; promoveram 130 intervenções militares agressivas, em países soberanos, na Europa, na Ásia, em África e na América Latina, e o que lamentavelmente não podemos deixar de dizer, com a conivência de países europeus. Destas últimas 67 tiveram lugar após o fim da Guerra Fria, ou seja nos últimos 25 anos. E porquê aumentou tão brutalmente o número e também a intensidade das intervenções militares?

- Porque a pujança da experiência socialista carregou para o plano das relações internacionais valores de solidariedade internacionalista e de respeito pela soberania dos povos, favorecendo o imparável movimento de libertação do jugo colonial, o que ameaçava o Sistema baseado na exploração do homem pelo homem;

- Porque o fim da chamada Guerra Fria, deu aos vencedores a ilusão de ninguém mais os poder deter, de poderem fazer regressir a história aos períodos áureos da exploração colonial e construir o seu Império Global.

Só não contaram, ou contaram mal com a realidade: toda a ilusão que tinham criado em torno do antagonismo dos sistemas, iria ficar a descoberto.

É aqui que está a justificação para a diferença e não no facto de as lideranças serem republicanas ou democratas, para o caso a mesma coisa, ou mesmo de uns líderes serem mais ignorantes ou insanos que outros.

Mas entendamo-nos, estamos a falar da maior potência militar do planeta, com 40% dos gastos militares globais, com 865 bases militares espalhadas por 150 países.

Acrescendo-lhe o poder militar dos restantes países da NATO, fica-nos a ideia do enorme poderio deste bloco político-militar responsável por mais de 50% dos gastos militares globais.

A intervenção e destruição da Líbia e a bárbara exibição por Hilary Clinton dos nefastos efeitos que provocou, deixou perplexo o Mundo mas deixou também alertas precisos para os líderes das chamadas potências emergentes não alinhadas.

A reacção começou então, ou recomeçou com redobrado vigor, a ser desenhada, na Ucrânia, na Síria e na Coreia do Norte. Chamem-lhe os teóricos o que chamarem: bipolar, tripolar ou multipolar. O que ela é mesmo, é o fim da Coutada Global Americana.

O que se segue? Esta é a Grande Interrogação para toda a Humanidade.

Uma segunda guerra fria e o equilíbrio pelo terror a três, a quatro ou quantos mais, cada vez mais à beira da mais que provável destruição da vida na Terra?

É tempo de um levantamento geral, planetário, contra esta loucura homicida e suicida que parece querer eternizar-se.

É tempo de se concretizar «a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema colectivo, com vista à



criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos», conforme preconizado na CRP de 1976, uma conquista de Abril.

É tempo de o Governo Português assumir, no quadro das relações internacionais, esta posição sem ambiguidades ou artificios de qualquer natureza e muito menos invocando a defesa de interesses nacionais, porque estes, quaisquer que sejam, não pagam vidas.

**José Baptista Alves**

*Vice-Presidente da Direcção da ACR*



## A ACR em Serpa e Setúbal

No quadro da comemoração do 3º aniversário da atribuição pela UNESCO do Estatuto de Património Cultural Imaterial da Humanidade ao Cante Alentejano, iniciativa da Câmara Municipal e da Casa do Cante de Serpa, Modesto Navarro e Valdemar Santos, enquanto membros da Direcção da ACR, foram convidados a intervir, a 26 de Novembro do ano passado, no Pavilhão de Feiras e Exposições daquela vila, numa “conversa sobre Michel Giacometti e a criação do Museu do Trabalho de Setúbal”, o qual, sobranceiro à Baía do Sado, naturalmente porta o seu nome.

Curiosamente, logo de seguida, a 14 de Dezembro, veio o Museu do Trabalho a assumir-se como ponte de encontro para o desdobramento de uma iniciativa de evocação de Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho, porquanto ali recolheu o testemunho dos Comandantes Manuel Begonha, Presidente da ACR, Henrique Mendonça e Manuel Marques Pinto, e do Coronel Nuno Pinto Soares. Os filhos de Vasco Gonçalves, Maria João e Vítor, marcaram presença na companhia muito calorosa e confiante de cerca de 50 indefectíveis defensores das Conquistas da Revolução.



## Vítor Lambert

*Até sempre companheiro!*



A ACR perdeu, em 15 de Fevereiro de 2018, um dos seus sócios fundadores e até à data membro da Direcção da nossa Associação. Além do trabalho que prestou na Direcção e nas iniciativas da nossa Associação, colaborou na edição dos livros “Vasco, nome de Abril” e “Conquistas da Revolução”.

O funeral, com honras militares, realizou-se a 17 de Fevereiro no cemitério dos Olivais.

Na altura o presidente da Direcção da ACR proferiu uma intervenção sublinhando: “Honraste a Marinha e os Marinheiros. Vamos sentir a tua falta, nunca estarás só. Sei que caminhas ao nosso lado, nunca deixando de ser um de nós. Até sempre companheiro!!”

Associaram-se nas despedidas: Maria João Gonçalves, que leu uma intervenção em nome de um conjunto de amigas, relatando as vivências comuns que ao longo dos anos partilharam, sublinhando as qualidades morais e cívicas de Vítor Lambert, e o “Cabo” Geraldo Lourenço, na qualidade de praça mais antiga dos saneados do 25 de Novembro, proferindo um improvisado em que relembrou os tempos da fundação da CDAP e do Clube de Praças da Armada, elogiando a personalidade e a perseverança de Vítor Lambert.



**Associação Conquistas da Revolução**

Edição: Associação Conquistas da Revolução  
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: [conquistasdarevolucao@gmail.com](mailto:conquistasdarevolucao@gmail.com)  
[www.conquistasdarevolucao.blogspot.com](http://www.conquistasdarevolucao.blogspot.com)

[www.conquistasdarevolucao.pt](http://www.conquistasdarevolucao.pt) DEPÓSITO LEGAL 36019/13